

# Introdução

Durante a I República Portuguesa (1910-1926) o Partido Republicano Português (PRP), também conhecido por Partido Democrático, conseguiu tornar-se no partido dominante do sistema multipartidário após ter liderado a Revolução Republicana de 1910. Ao longo da I República houve várias tentativas de formar um partido que unisse as elites e o eleitorado republicano conservador para se opor a esta hegemonia. O Partido Republicano Nacionalista (PRN) representou possivelmente a última destas tentativas.

Esta investigação tem como objecto de estudo o Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Este estudo procura explicitar quais foram os motivos que inviabilizaram a ascensão do PRN, não permitindo que este partido se assumisse como uma alternativa credível e forte ao partido dominante, Partido Republicano Português. Por outro lado, pretende demonstrar que este facto provocou um descrédito da República, dado que não se encontrava uma alternativa de poder dentro do quadro republicano, o que terá levado muitos sectores políticos a procurar essa alternativa fora da República. De facto, «nos anos vinte todas as tentativas de reforma do sistema político e de unificação das forças conservadoras numa só frente eleitoral falharam, conduzindo rapidamente à convicção irreversível por parte das suas elites de que nunca atingiriam o poder através de meios eleitorais e constitucionais».<sup>1</sup> Esta investigação procura ainda estudar as causas da falta de coesão do PRN e as razões das várias dissidências que veio a sofrer. Outra questão relevante será compreender os motivos que levaram alguns nacionalistas a alinhar em várias tentativas revolucionárias contra o Partido Democrático e em última instância contra a República.

Para responder a estas questões principais será importante estudar a organização e o recrutamento das elites do partido. Os dados disponíveis indicam que a heterogeneidade das suas elites, a falta de organização in-

---

<sup>1</sup> António Costa Pinto, «A queda da Primeira República», in *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coords. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Lisboa: Ed. Colibri, 2000), 30.

terna e o facto de ser um partido de notáveis terá contribuído decisivamente para a sua falta de coesão.<sup>2</sup> Por outro lado, o facto de o Partido Republicano Português usar o aparelho do Estado e a sua vasta rede organizativa e clientelar para dominar o sistema político não permitiu uma estruturação dos partidos da oposição que lhes possibilitasse fazer frente ao Partido Republicano Português.

A historiografia sobre os partidos políticos, as eleições e as elites da I República, viveu até à última década alguma letargia. Apenas nos últimos anos surgiram alguns sinais que apontam para um ressurgir destas temáticas na historiografia nacional seguindo as correntes de investigação internacional. Nos finais dos anos 70 as expectativas sobre o futuro das investigações sobre a I República eram animadoras, principalmente após a publicação da *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*.<sup>3</sup> Nesta obra foram apresentados os programas dos diversos partidos políticos e foram elaborados quadros-síntese e mapas sobre os resultados das eleições legislativas. Este estudo poderia ter servido de base para posteriores trabalhos de aprofundamento destas temáticas, especialmente após a publicação do *Guia de História da I República Portuguesa*,<sup>4</sup> onde A. H. de Oliveira Marques divulgava os instrumentos (fontes e bibliografia) necessários para desenvolver investigações sobre o período da I República. Este historiador lamentava-se nesta obra pelo facto de não existir «qualquer História dos agrupamentos partidários da I República, nem como todo, nem como unidades». E sublinhava que «fazê-la constitui uma das tarefas primaciais da nossa historiografia».<sup>5</sup> No entanto, durante a década de 80 os estudos sobre os partidos políticos na I República foram diminutos, o que se reflectiu nas «Histórias de Portugal» que se publicaram desde então. A. H. de Oliveira Marques na sua «Nova História de Portugal»<sup>6</sup> limitou-se a actualizar o texto, da sua já antiga *História*

---

<sup>2</sup> Cf. João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, «O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)» (tese de mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996; Manuel Baião, «O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites», *Análise Social*, xvi, 178 (2006): 99-123.

<sup>3</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, dir., *História da Primeira República Portuguesa. As Estruturas de Base* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, s. d. [1972-1979]), 534-657.

<sup>4</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da I República* (Lisboa: Ed. Estampa, 1981).

<sup>5</sup> *Idem*, 132.

<sup>6</sup> A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11 (Lisboa: Ed. Presença, 1991).

da 1.ª República Portuguesa,<sup>7</sup> acrescentando-lhe novas indicações bibliográficas. No entanto, noutras «Histórias de Portugal» foi possível avançar para um novo quadro explicativo sobre o sistema partidário da I República, ainda que voltassem a denotar-se algumas insuficiências devido à ausência de estudos específicos. Fernando Farelo Lopes, na linha de Marcelo Rebelo de Sousa,<sup>8</sup> caracterizou o regime republicano como «um regime parlamentarista de partido dominante».<sup>9</sup> Segundo este autor, a supremacia política do Partido Democrático, o pendor fortemente parlamentarista da Constituição de 1911, os mecanismos eleitorais que dificultavam o acesso às instituições políticas por parte dos partidos da oposição e sobretudo a permanência de práticas de caciquismo político e relações clientelares herdadas da monarquia constitucional explicam a instabilidade política, a violência conflitual e a falta de legitimidade do regime republicano.<sup>10</sup> Esta conclusão foi ampliada na sua tese de doutoramento na qual Fernando Farelo Lopes analisou os factores de crise do sistema político durante a I República.<sup>11</sup> Em 1993 Ernesto Castro Leal analisou na «História de Portugal» dirigida por João Medina os «partidos e grupos políticos na I República», tendo começado por nos alertar para o facto de esta temática ser ainda «um campo de análise em aberto»<sup>12</sup> devido à escassez de monografias sobre os partidos políticos, a começar pelo dominante – Partido Republicano Português. Este autor faz uma análise esclarecedora dos vários partidos políticos de matriz republicana que foram surgindo ao longo da I República. Apresentou a sua ideologia a partir do seu programa, indicou a sua implantação regional e mencionou as suas principais figuras. Indicou, por vezes, um esboço de caracterização social dos membros dos partidos. Esta caracterização é feita, certamente, a partir da intuição que a leitura da imprensa e das memórias lhe proporcionaram, dado que não existem estudos prosopográficos rigorosos para a maioria dos partidos políticos da I República.<sup>13</sup> Em 1994

<sup>7</sup> Marques, dir., *História da Primeira República...*, 534-657.

<sup>8</sup> Marcelo Rebelo de Sousa denominou o sistema partidário da I República como sendo um *regime multipartidário de partido dominante*. Cf. Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português* (Braga: Livraria Cruz, 1983), 167-177.

<sup>9</sup> Fernando Farelo Lopes, «Um regime parlamentarista de partido dominante», in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol. III (Lisboa: Publicações Alfa, 1990), 85.

<sup>10</sup> Cf. *Idem*, 85-100.

<sup>11</sup> Fernando Farelo Lopes *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa* (Lisboa: Editorial Estampa 1994).

<sup>12</sup> Ernesto Castro Leal, «Partidos e grupos políticos na I República», in *A República*, dirigida por João Medina, «História de Portugal», vol X (Amadora: Ediclube, 1993), 287.

<sup>13</sup> Cf. *Idem*, 287-318.

Rui Ramos foi o autor do volume dedicado à República na «História de Portugal» dirigida por José Mattoso. Rui Ramos escreveu uma História narrativista, tendo conseguido elaborar uma boa síntese sobre os principais partidos da *República Velha, 1910-1917* (Partidos Democrático, Evolucionista e Unionista) com base nas memórias, nos jornais e na bibliografia disponível.<sup>14</sup> No entanto, para a *Nova República Velha, 1919-1926* praticamente desaparecem as referências à organização dos partidos e à sua acção. Este facto deve-se em parte, aos reduzidos estudos disponíveis sobre estas temáticas para este período.

A historiografia portuguesa mostrou maior inclinação para estudar alguns movimentos e partidos políticos *marginais* à I República. Em primeiro lugar interessou-se pelos que de alguma forma representavam uma continuidade entre os partidos políticos existentes na I República e os existentes no regime democrático instaurado após 1974 em Portugal. Surgiram diversos estudos sobre o Partido Socialista Português e sobre o Partido Comunista Português,<sup>15</sup> entre os quais se destaca a investigação de José Pacheco Pereira sobre os membros e as direcções do PCP na I República.<sup>16</sup> Em segundo lugar interessou-se pelos movimentos e partidos que surgiram durante a I República que serviram de matriz ideológica ao regime do Estado Novo. Por esse motivo conhecemos hoje melhor o Centro Católico Português,<sup>17</sup> o movimento do Integralismo Lusitano e

---

<sup>14</sup> Cf. Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, edição revista e actualizada, 1.ª ed. de 1994, «História de Portugal», dir. José Mattoso, vol. VI (Lisboa: Ed. Estampa, 2001).

<sup>15</sup> Cf. César Oliveira, *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português* (Lisboa: Seara Nova, 1975); João G. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal* (Porto: Afrontamento, 1976); Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)* (Lisboa: INCM e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985); Francisco Canais Rocha, «Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926)», *Vértice*, 56, Setembro-Outubro (1993): 5-11; Alberto Vilaça, *Para a História Remota do PCP em Coimbra 1921-1946* (Lisboa: Ed. Avante!, 1997). Veja-se também o grande destaque dado por António José Telo nas suas obras sobre a decadência e queda da I República a estes dois partidos: António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. I (Lisboa, A Regra do Jogo, 1980), 163-182, 329-344; idem, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. II (Lisboa, A Regra do Jogo, 1984), 126-136.

<sup>16</sup> Cf. José Pacheco Pereira, «Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)», *Análise Social*, XVII, 67-68-69 (1981): 695-713; idem, «O PCP na I República: Membros e direcção», *Estudos sobre o Comunismo*, 1, Setembro a Dezembro (1983), 2-21.

<sup>17</sup> Cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo* (Lisboa, Ed. Presença, 1980); idem, «Centro Católico Português», in *Dicionário de História do Estado Novo*, dirs. Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, vol. I (Lisboa, Círculo de Leitores, 1996), 141-142; Jorge Seabra, António Rafael Amaro, João Paulo Avelãs Nunes,

os movimentos fascistas surgidos durante a I República<sup>18</sup> do que o partido do regime – o Partido Democrático.

De facto, os partidos estruturais do regime não suscitaram, num primeiro momento, grande interesse por parte dos investigadores. Manuel Roque Azevedo, a partir de um inquérito realizado ao jornal *República*, apresentou um primeiro esboço de um livro a escrever sobre o Partido Republicano Evolucionista (PRE), 1912-1919. Neste estudo, Manuel Roque Azevedo refere-se à fundação do partido, número, origem social e distribuição geográfica dos seus membros, bem como ao programa, aos meios de expressão e à organização interna e financeira do PRE. Por último, tratou da dissolução do partido e fez algumas breves biografias das suas principais figuras.<sup>19</sup> Infelizmente, este primeiro esboço não viria a ser alargado no livro que estava inicialmente previsto.

Nos últimos anos surgiram duas monografias que são um paradigma importante para futuras investigações sobre os partidos políticos da I República. A primeira, de João Gonçalves da Silva sobre o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, e a segunda, de António José Queirós sobre o Partido Republicano da Esquerda Democrática. No primeiro estudo procurou-se enquadrar o Partido Reconstituente no sistema de partidos europeus do pós-guerra, descreveu-se a formação do partido e analisaram-se os recursos organizacionais, clientelares e ideológicos. No entanto, o principal objectivo desta monografia foi «ilustrar o processo de crescente fragmentação e dissensualização da elite partidária republicana, que acabaria por deixar o sistema político desprovido de uma base minimamente coesa e operatória para orientar e governar» Portugal. Por outro lado, procura demonstrar que «o clientelismo e o faccionalismo

---

O C. A. D. C. de Coimbra. *A Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)* (Coimbra, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 1993); Adelino Alves, *Centro Católico Português. A Igreja e a Política* (s. l., Ed. Rei dos Livros, 1996).

<sup>18</sup> Cf. César Oliveira (estudo introdutório, notas, cronologia, biografia e bibliografia), *A Preparação do 28 de Maio. António Ferro e a Propaganda do Fascismo 1920-1926* (Lisboa, Moraes Ed., 1980); António Costa Pinto, «A formação do Integralismo Lusitano (1907-1917)», *Análise Social*, XVIII, 71-72-73 (1982), 1409-1419; *idem*, «O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-1925)», *Penélope*, 3, Junho (1989): 43-62; *idem*, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945* (Lisboa: Ed. Estampa, 1994); Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à formação do Estado Novo», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publ. Dom Quixote, 1986, 75-100; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)* (Lisboa: Ed. Cosmos, 1999).

<sup>19</sup> Cf. Manuel Roque Azevedo, «Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)», *Nova História*, 2, Dezembro (1984): 74-122.

políticos – dois fenómenos interligados de que os agrupamentos republicanos não souberam libertar-se – tiveram um papel decisivo na descredibilização dos partidos, afectando não só o desempenho funcional e a legitimidade do subsistema partidário, como também do sistema político no seu todo». <sup>20</sup> O detalhado estudo de António José Queirós sobre o Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED) retrata as origens deste partido no seio do Partido Republicano Português, a sua organização interna, os seus membros, a sua elite e a teoria e acção política deste partido. Por fim, analisa o papel do PRED na queda da I República e durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. <sup>21</sup> Merece ainda especial referência o estudo sobre a União Liberal Republicana de Ricardo Leite Pinto, pelas importantes informações que reuniu sobre a fase final do Partido Republicano Nacionalista e sobre a fundação e estruturação deste partido liderado por Cunha Leal. <sup>22</sup> Mais recentemente surgiu uma obra fundamental da autoria de Ernesto Castro Leal sobre todos os partidos republicanos do período da I República, onde são analisadas as principais características de cada partido e são apresentados os seus programas políticos. <sup>23</sup>

Têm surgido outros estudos sobre temáticas políticas mais abrangentes, mas que retratam os partidos políticos da I República. Miguel Dias Santos estudou a prática política dos grupos monárquicos durante o sidonismo. Nesse período o Partido Monárquico não tinha um modelo organizativo moderno e enfrentava diversas actividades punitivas por parte dos republicanos. <sup>24</sup> Para o estudo do sidonismo e do Partido Nacional Republicano, bem como dos partidos que apoiaram inicialmente este regime, nomeadamente a União Republicana, o Partido Reformista e o Partido Centrista Republicano temos o aprofundado estudo de Armando B. Malheiro da Silva. <sup>25</sup> No estudo de Ernesto Castro Leal sobre António Ferro

---

<sup>20</sup> Silva, «O Partido Reconstituente...», 8.

<sup>21</sup> Cf. António José Queirós, «A esquerda democrática e o final da Primeira República» (tese de doutoramento, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006); António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008).

<sup>22</sup> Cf. Ricardo Leite Pinto, «União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. (Um partido político na transição da I República para o salazarismo)», *Polis*, 4-5, Julho-Dezembro (1995): 131-260.

<sup>23</sup> Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

<sup>24</sup> Cf. Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova* (Coimbra: Quarteto, 2003).

<sup>25</sup> Cf. Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 vols. (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006).

também são estudadas as correntes do conservadorismo republicano e do conservadorismo autoritário radical, sendo analisados alguns partidos desta área política, nomeadamente o Partido Nacional Republicano, o Partido Republicano Conservador e o Partido Nacional Republicano Presidencialista.<sup>26</sup>

Na área das biografias também surgiram nos últimos anos profundos avanços no conhecimento dos protagonistas políticos da I República. Refiram-se os estudos sobre Cunha Leal de Luís Farinha<sup>27</sup> e as biografias dos *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, coordenada por A. H. de Oliveira Marques.<sup>28</sup>

A análise da organização dos partidos políticos do princípio do século XX foi um dos primeiros temas que interessaram os investigadores, mas nas últimas décadas foi um pouco abandonada pela moderna ciência política.<sup>29</sup> Qualquer abordagem teórica sobre o funcionamento interno dos partidos no início do século XX terá de buscar argumentos nos autores clássicos.<sup>30</sup> Estes teóricos revelaram um sentido crítico face aos partidos de notáveis. Desde os estudos pioneiros de Robert Michels e de Max Weber, a literatura sobre este tipo de organizações políticas tem acentuado a sua tendência oligárquica, uma vez que a minoria que detinha a autoridade possuía mecanismos organizacionais para se perpetuar no poder, inviabilizando alcançar a «verdadeira democracia» no seu interior. A predominância desta elite não tinha, certamente, apenas raízes organizacionais, era fruto também de raízes sociais. De facto, os partidos como outras organizações reservam os postos-chave às classes favorecidas

---

<sup>26</sup> Cf. Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)* (Lisboa: Edições Cosmos, 1994).

<sup>27</sup> Luís Farinha, *Estudo sobre a Acção Política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, 2 vols. (Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002; Luís Farinha, «Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)» (tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003); Luís Farinha, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde* (Lisboa: Texto, 2009).

<sup>28</sup> A. H. de Oliveira Marques, coord., *Parlamentares e Ministros da 1.ª República* (Porto: Ed. Afrontamento/Assembleia da República, 2000).

<sup>29</sup> Cf. Angelo Panebianco, *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos* (Madrid, Alianza Editorial, 1990).

<sup>30</sup> Cf. Robert Michels, *Los Partidos Políticos. Un Estudio Sociológico de las Tendencias Oligárquicas de la Democracia Moderna*, 2 vols. (Buenos Aires, Amarrortu Editores, 1991), 1.ª ed. alemã 1915; Max Weber, *A Política como Profissão* (Lisboa: Edições Universitárias lusófonas, 2000), 1.ª ed. alemã 1919; Max Weber, *Economia e Sociedade*, 2 vols. (México: FCE, 1969) 1.ª ed. alemã 1922; Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970), 1.ª ed. francesa 1951.

que possuem capital político, económico e cultural. A competência técnica que colocava os líderes nos postos mais elevados era reforçada pela aprendizagem que estes indivíduos adquiriam nos órgãos políticos, acentuando a diferenciação entre as massas e os líderes, entrando-se, pois, num círculo vicioso oligárquico no qual os partidos são um instrumento de dominação de alguns homens sobre outros homens.<sup>31</sup> Robert Michels resumiu este círculo vicioso oligárquico na sua «Lei de Ferro da Oligarquia»: *Quem diz organização diz oligarquia*.<sup>32</sup> Estudos posteriores demonstraram que os partidos de notáveis eram dominados por líderes legitimados com base nas suas capacidades «pré-políticas», derivadas do seu estatuto socioprofissional. Destacaram-se primeiramente os nobres e os homens ricos e posteriormente os membros de profissões distintas que utilizavam o seu renome para conseguir apoios eleitorais e políticos. A política era uma ocupação secundária nas suas vidas, uma vez que as actividades partidárias se resumiam à preparação das eleições. Este tipo de partidos tinha uma organização e uma disciplina interna débil moldada pelas relações clientelares, possuindo os seus líderes uma grande autonomia, e eram partidos com pressupostos ideológicos pouco consistentes mas profundamente pragmáticos. A sua relação com os eleitores baseava-se na confiança e não em mecanismos de delegação.<sup>33</sup>

No entanto, alguns estudos recentes vieram comprovar que esta realidade não era monolítica, nem inalterável, não constituindo uma situação exclusiva dos países mediterrâneos no início do século XX. Alguns destes partidos desempenharam um papel importante na agregação de interesses e na socialização e integração social de vastos sectores da população através da mobilização social e da participação na vida pública e foram um mecanismo importante na modernização da sociedade e na ligação desta com o regime político, ao mesmo tempo que deram mostras de se adaptarem aos novos tempos.<sup>34</sup> Alguma literatura defende que certos partidos

---

<sup>31</sup> Cf. Luis Arranz Notario, «Modelos de partido», *Ayer*, n. 20 (1995): 81-110.

<sup>32</sup> Michels, *Los Partidos...*, 189.

<sup>33</sup> Cf. Panebianco, *Modelos de Partido...*; José Vilas Nogueira, «La Organización de los Partidos Políticos», in AAVV, *Curso de Partidos Políticos* (Madrid, Ediciones Akal, 1997), 85-114; Jean Baudouin, *Introdução à Sociologia Política* (Lisboa: Ed. Estampa, 2000), 222-224; Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004), 29-49.

<sup>34</sup> Cf. Klaus Von Beyme, *Los Partidos Políticos en las Democracias Occidentales* (Madrid: Siglo XXI editores, 1986); Panebianco, *Modelos de Partido...*, 129-131; Arranz Notario, «Modelos de partido...», 81-110; María Sierra, *La Política del Pacto. El Sistema de la Restauración a través del Partido Conservador Sevillano (1874-1923)* (Sevilha, Diputación de Sevilla, 1996); Thanasis D. Sfikas, «A tale of parallel lives: The second Greek Republic and the second Spanish Republic, 1924-36», *European History Quarterly*, vol. 29, 2 (1999): 217-250.



de notáveis evoluíram para partidos de massas através de uma maior centralização do poder e uma maior mobilização.<sup>35</sup>

A distinção teórica iniciada por Max Weber<sup>36</sup> entre partidos de notáveis e partidos de massas foi continuada por Maurice Duverger,<sup>37</sup> que distingue entre partidos de quadros e partidos de massas, é reforçada por Sigmund Neumann,<sup>38</sup> que diferencia partidos de representação individual

---

<sup>35</sup> Cf. Daniel-Louis Seiler, «Une généalogie des organisations de partis», *Res Publica, Belgian Journal for Political Science*, XXVI, 2 (1984): 119-141; *idem*, «De la classification des partis politiques», *Res Publica, Belgian Journal for Political Science*, XXVII, 1 (1985): 59-86.

<sup>36</sup> Para Max Weber os partidos políticos tinham como principal objectivo a conquista e o exercício do poder por parte dos seus líderes e a distribuição de cargos pelos seus amigos políticos. Os dirigentes partidários pertenciam a uma notabilidade que não tinha na política o seu principal meio de subsistência. Os partidos de notáveis eram muitas vezes meras associações políticas organizadas em comissões para prepararem as campanhas eleitorais e o acto eleitoral. Eram partidos pouco coesos, liderados pelos parlamentares em interligação com as notabilidades locais. A actividade política concentrava-se no período eleitoral, pelo que havia paragens sistemáticas na acção política. Os partidos de notáveis eram partidos parlamentares por excelência, dotados de uma estrutura organizativa informal. Nasceram num período de competição eleitoral restrita, onde a relação entre o eleito e o eleitor se baseava essencialmente em mecanismos de confiança pessoal derivados do prestígio, do poder económico, da ocupação e do estatuto social do notável. Não havia ainda uma delegação de poder ou representação de interesses dos eleitores por parte do eleito. Este tipo de partido apresentava normalmente um programa pouco estruturado e indefinido em termos ideológicos. Os textos referenciais dos partidos de notáveis resultavam quase sempre dos manifestos eleitorais e de discursos de propaganda eleitoral dos candidatos ou dos grupos parlamentares. Cf. Weber, *A Política...*; Weber, *Economia e...*

<sup>37</sup> Maurice Duverger aprofundou a caracterização «weberiana» dos partidos oitocentistas, chamando-lhes partidos de quadros. Maurice Duverger concentrou-se na análise dos comités, as células que formam o organismo partidário. Estas células estão espalhadas pelo território e são essenciais para entendermos o funcionamento de cada partido político. Os comités ou comissões políticas (designação portuguesa) eram geralmente pequenas e bastante independentes entre si. Não tinham uma especial preocupação em multiplicar os membros do partido na sua região ou no seu país, nem em enquadrar grandes massas. Procuravam acima de tudo atrair personalidades prestigiadas e influentes para o seu seio. Funcionavam num círculo quase fechado ao qual apenas uma pequena elite tinha acesso. A riqueza, a profissão, o prestígio e os contactos sociais do notável eram especialmente importantes para a luta eleitoral e para acudir aos gastos inerentes à actividade política, especialmente dispendiosa no período eleitoral. A actividade dos partidos de quadros concentrava-se quase exclusivamente em preparar as eleições através de combinações parlamentares ou negociações com a notabilidade local. Durante os interregnos eleitorais os comités hibernavam para ressurgirem novamente nos meses que antecediam as eleições. A estrutura organizativa era muito incipiente, permanecendo a direcção do partido nas mãos dos parlamentares que se agrupavam em torno de um líder. A luta interna pelo poder centrava-se na disputa entre os vários grupos ou facções, onde a doutrina e a ideologia desempenhavam ainda um papel irrelevante face aos interesses. Cf. Duverger, *Os Partidos...*

<sup>38</sup> Sigmund Neumann classificou os partidos políticos em torno das suas funções e já não em torno do seu modelo organizacional. Distinguiu dois tipos de partidos: os partidos de representação individual e os partidos de integração social. Os partidos de re-

de partidos de integração social. Estas distinções terminológicas analisam realidades aparentemente similares e não permitem verificar convenientemente a evolução que sofreram os partidos de notáveis entre o final do século XIX e o início do século XX. As duas categorias eram aparentemente estanques e não equacionavam convenientemente a possibilidade de transformação destes organismos políticos. Havia necessidade de criar uma categoria intermédia que sintetizasse e enquadrasse essa evolução. Assim, alguma historiografia começou a chamar à atenção para alguns sinais de modernização dos partidos de notáveis no pós-guerra, passando a designá-los por partidos de quadros. Com esta distinção ganhar-se-ia poder de análise para uma realidade evolutiva. Os partidos que não sofreram uma modernização no início do século XX continuariam a ser chamados partidos de notáveis. Já os partidos de quadros representariam uma fase intermédia na evolução dos partidos, podendo vir a transformar-se posteriormente em partidos de massas. Já não eram «puros partidos de notáveis», dado que começaram a procurar dar respostas não só a alguns interesses particulares, mas às reivindicações e aspirações de um eleitorado em contínua expansão, começaram a mobilizar um número crescente de aderentes, a sua arquitectura organizativa e burocrática começou a estar mais estruturada, possuíam uma elite mais diversificada quanto às suas origens e formação. Estes dirigentes partidários dedicavam-se cada vez mais ao partido, pelo que se transformaram lentamente em políticos quase profissionais. No entanto, o grau de disciplina, uniformidade, hierarquização, mobilização e organização ainda os afastava bastante do modelo de partido de massas, pelo que alguns autores os designam como «partido de quadros moderno».<sup>39</sup>

---

presentação individual existiram num período em que o sufrágio era restrito e a concorrência partidária interna era limitada e negociada. Os partidos de representação individual limitavam-se a seleccionar os representantes que seriam eleitos para o Parlamento e para os órgãos do poder local. Depois de eleitos, os deputados tinham um mandato com poucas restrições de cariz partidário. Agiam com grande autonomia seguindo o seu instinto e a sua consciência, estando pouco limitados pelo partido e pelos eleitores que o tinham eleito. Decidiam o seu voto com base em convicções pessoais e não em compromissos estabelecidos fora do Parlamento. A sua autonomia e a sua independência derivavam do facto de se terem sido eleitos com base na notabilidade e não por factores políticos ligados ao partido. Cf. Sigmund Neumann, «En torno a un estudio comparativo de los partidos políticos», in *Partidos Políticos Modernos*, ed. Sigmund Neumann (Madrid: Editorial Tecnos, 1965), 595-632, 1.ª ed. inglesa, 1956.

<sup>39</sup> Cf. María Antonia Peña Guerrero, *Clientelismo político y poderes periféricos durante la Restauración. Huelva 1874-1923* (Huelva: Universidad de Huelva, 1998); Javier Moreno Luzón, «La historiografía sobre el caciquismo español: balance y nuevas perspectivas», *Análise Social*, xli, 178, 9-29; Lopes, *Os Partidos...*, 29-49.

Durante a I República os partidos republicanos conservadores actuaram muitas vezes de forma semileal. Mas a partir dos anos 20, esta situação agravou-se. Uma boa parte das elites que estavam na oposição passaram a actuar fora da legalidade constitucional dado terem verificado que falharam todas as tentativas de alteração do sistema político que lhes possibilitasse o acesso ao poder. As sucessivas derrotas eleitorais contribuíram para acender no espírito de muitos dirigentes políticos a ideia de que apenas um golpe anticonstitucional poderia terminar com a «Ditadura do Partido Democrático».<sup>40</sup> Esta investigação pretende aprofundar e alargar este debate centrando-se no maior partido da oposição no final da I República – o Partido Republicano Nacionalista.

Sobre o Partido Republicano Nacionalista poucos estudos foram publicados. No entanto, ressalta em primeiro lugar a pluralidade dos ideais políticos que defendiam os seus membros e os abundantes candidatos a líder do partido e do Governo que levaram Bernardino Machado a «profetizar conflitos e cisões a breve trecho no seio dos nacionalistas». Por outro lado, observava que o «grupo tinha marechais em demasia para um número tão diminuto de soldados».<sup>41</sup> Estas divergências provocaram várias cisões que inviabilizaram a consolidação do PRN como partido alternativo ao Partido Democrático, das quais podemos destacar as protagonizadas por Álvaro de Castro no final de 1923 e de Cunha Leal em Março de 1926. No entanto, algumas investigações recentes têm demonstrado que o Partido Republicano Nacionalista representava nalgumas regiões uma alternativa válida e coesa ao PRP, tendo uma estrutura partidária sólida, o que lhe permitia obter o apoio de vastos sectores da população portuguesa, como foi o caso de Évora.<sup>42</sup>

Deste estudo resultou um primeiro capítulo de cariz narrativista denominado «O Partido Republicano Nacionalista e o processo político (1923-1926)». Nele descrevemos o papel do PRN nas principais institui-

---

<sup>40</sup> António Costa Pinto, «A queda da Primeira República», in *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coords. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Lisboa: Ed. Colibri, 2000), 25-44.

<sup>41</sup> Bernardino Machado, *Depois de 21 de Maio* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925), 346-348.

<sup>42</sup> Cf. Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)* (Lisboa: Edições Cosmos, 2000); *idem*, «O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites», *Análise Social*, XVI, 178, (2006): 99-123; *idem*, «Decadencia y disolución del Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)», in *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la Década de 1930*, eds. Mercedes Gutiérrez Sánchez e Diego Palacios Cerezales (Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007), 99-153.

ções políticas e na conjuntura da I República. No segundo capítulo, «Decadência e dissolução do Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)», novamente de cariz narrativista, analisamos a desagregação do PRN durante a Ditadura Militar e o Estado Novo e acompanhamos o percurso da elite do PRN no regime autoritário. Dada a enorme dimensão do texto original, alguns capítulos são disponibilizados em anexo na internet. Onde, no «Anexo 1 – Partidos e sistemas partidários na Europa do pós-Primeira Grande Guerra»,<sup>43</sup> de cariz comparativo, enquadrámos os partidos e o sistema político-partidário português dos anos 20 no contexto da Europa do Sul. No «Anexo 2 – O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): A organização interna, os membros, a elite e a ideologia»,<sup>44</sup> estudámos as principais características deste partido a nível da organização interna, dos seus membros, da sua elite e da sua ideologia. Interessou-nos também aprofundar a sociabilidade dos membros e da elite do PRN, bem como a sua participação no sistema clientelar e caciquista. No «Anexo 3 – Biografias da elite do PRN», disponibilizamos 91 biografias dos principais dirigentes políticos nacionalistas. Nos Anexos 4 e 5 apresentamos quadros-resumo sobre os «Resultados eleitorais para a Câmara dos Deputados e para o Senado – 8 de Novembro de 1925» e «Imprensa do PRN (1923-1932)».

O estudo do PRN é um estudo de «caso», embora permita estabelecer comparações com outros partidos recorrendo a uma análise qualitativa e prosopográfica. Para o estudo da organização e das elites do PRN foram utilizados métodos qualitativos tentando recolher informações e evidências, ao mesmo tempo que se comparam diversos casos para definir padrões de comportamento que ajudem a clarificar os conceitos e as estruturas analíticas. Por outro lado, utilizou-se também o método prosopográfico ou o das biografias colectivas para o estudo das

---

<sup>43</sup> Algumas partes deste capítulo foram publicadas em: Manuel Baiôa, «Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte», in *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, ed. Manuel Baiôa (Lisboa: Ed. Colibri/CIDEHUS.UE, 2004), 15-48; Manuel Baiôa, «A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político», *ARBOR, Ciencia, Pensamiento y Cultura*, vol. 190, 766, marzo-abril, (2014): 1-14.

<sup>44</sup> Algumas partes deste capítulo foram publicadas em: Manuel Baiôa, «A ideologia do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). A construção de uma 'República para todos os portugueses'», *Polis, Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, n.º 18/21 (2012): 239-270; Manuel Baiôa, «O Partido Republicano Nacionalista e o clientelismo (1923-1935)», in *Atas I Congresso de História Contemporânea*, coords. Maria Fernanda Rollo, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Ana Paula Pires e João Paulo Avelãs Nunes, IHC/CEIS20/Rede História, 2013, 317-329.

elites.<sup>45</sup> No inquérito prosopográfico foram considerados relevantes os dados referentes à origem social, ao percurso partidário e político dos protagonistas estudados, bem como a sua profissão, a sua idade e as redes de relações que estabeleceram com as colectividades, as associações e os meios empresariais e financeiros. A maior parte da documentação foi analisada de uma forma qualitativa. No entanto algumas características do perfil da elite nacionalista e os resultados eleitorais tiveram um tratamento quantitativo.

Dada a impossibilidade de estudar todas as regiões do país durante esta investigação, escolheu-se o centro do poder em Lisboa como o ponto essencial deste estudo. No entanto, realizou-se um estudo genérico a nível regional, sendo mais aprofundado no concelho de Évora, onde já tínhamos investigação anterior.

Uma vez que se desconhece o paradeiro dos arquivos centrais e regionais do PRN, teve de recorrer-se a outras fontes. Começámos por recolher informações nos principalmente arquivos e bibliotecas nacionais. Nomeadamente no Arquivo Histórico Parlamentar, em Lisboa, onde consultámos documentação sobre as eleições legislativas de 1925, sobre a biografia dos parlamentares e sobre a actividade política no Congresso. No Arquivo do Ministério do Interior do ANTT, em Lisboa, recolhemos dados sobre o relacionamento dos órgãos do Poder Central com os órgãos do Poder Local através da correspondência trocada entre eles. Consultámos ainda no ANTT, o Arquivo Oliveira Salazar, o Arquivo da PIDE/DGS e o Arquivo da União Nacional, onde recolhemos informações sobre a intervenção das autoridades da Ditadura face aos partidos políticos republicanos e sobre o percurso da elite do PRN no regime autoritário. O Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, forneceu-nos informações sobre as diversas revoltas ocorridas durante a I República, em particular sobre «o movimento do 28 de Maio de 1926». Também recolhemos informações biográficas de alguns militares nacionalistas.

Da consulta dos arquivos institucionais, constatámos a insuficiência de fontes para o nosso estudo. Por isso, tivemos de concentrar esforços no sentido de encontrar filhos, netos e bisnetos da elite do PRN. Começámos pela leitura dos obituários, que nos forneceu informações sobre a família dos principais dirigentes do PRN. A partir destes dados e de uma consulta exaustiva e morosa da lista telefónica, foi possível contactar

---

<sup>45</sup> Cf. AAVV, *Prosopographie des élites françaises, XVI-XX siècles* (s. l.: CNRS, 1980); AAVV, *Élites. Prosopografía Contemporánea*, Ed. Pedro Carasa Soto (Valladolid: Universidad de Valladolid – secretariado de publicaciones, 1995).

cerca de 40% das famílias dos quase 100 membros da elite do PRN identificados nesta investigação. Cerca de 15 famílias tinham alguns documentos importantes referentes ao seu antepassado. Os espólios de António Ginestal Machado e de Bernardo Ferreira de Matos revelaram-se os mais extensos e expressivos pela qualidade da documentação que continham. Apenas duas famílias não permitiram o acesso à documentação que ainda possuíam. Foi ainda possível realizar três entrevistas a filhos de membros da elite do PRN e trocar impressões com vários netos e bisnetos. Estas conversas permitiram colmatar algumas dúvidas e lacunas de ordem biográfica e recolher um importante espólio documental de cartas, fotografias, jornais e circulares da vida do PRN. Estes documentos revelaram-se fundamentais para diversificar as nossas fontes de informação e para revelar o PRN pela voz dos protagonistas, sem o filtro da imprensa, das memórias ou de outras fontes institucionais.

A imprensa local e nacional foi um núcleo fundamental explorado nesta investigação. Os principais jornais utilizados encontram-se depositados na Biblioteca Nacional, em Lisboa, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Pública do Porto e na Biblioteca Municipal de Beja. Foram analisados 35 jornais associados ao PRN, bem como outros associados aos partidos rivais. Foi ainda consultado o *Diário de Lisboa* entre 1922 e 1935, bem como outros jornais da capital em períodos específicos. A imprensa é imprescindível para reconstituir a vida dos partidos, bem como dos protagonistas políticos. O cruzamento de informação permite identificar e caracterizar as elites políticas nacionais e locais, que têm na imprensa um meio privilegiado para promoverem a sua acção política. É ainda possível analisar a ideologia, as práticas políticas e a sociabilidade destas elites. A imprensa é, aliás, uma das fontes mais utilizadas para a I República, o que levou inclusive Vasco Pulido Valente a afirmar que «depois de vinte e cinco anos de investigação intermitente, nada me ensinou tanto sobre a República como a leitura e releitura da imprensa. A natureza do regime fazia com que ele fosse obrigado a viver clamorosamente e sem segredos».<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Vasco Pulido Valente, «Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)», *Análise Social*, xxvii, 115, (1992), 63.